

A *TECHNÈ* DE *O PRÍNCIPE* DE MAQUIAVEL: TRATADO OU MANUAL?

THE *TECHNÈ* OF MACHIAVELLI'S THE PRINCE: TREATISE OR MANUAL?

Bruno Cadetet¹

Resumo

Ao adentrarmos em uma esteira de anacronismos presentes em diferentes *best-sellers* contemporâneos, podemos compreender como o conteúdo de *O Príncipe* de Maquiavel ganha contornos de preceitos para a obtenção de poder, sucesso comercial, dentre outros objetivos, refletindo, assim, sobre a possibilidade dessa obra ser um tratado ou manual político. De início, o próprio autor florentino indica nos *Discorsi*, sem um extenso desenvolvimento, que *O Príncipe* é um tratado. Todavia, no presente artigo, esboçamos, de forma ensaística, algumas considerações sobre a compreensão de como o “pequeno opúsculo” de Maquiavel poderia se configurar como um modelo de manual, responsável por fornecer um arcabouço teórico que se estenderia além de sua própria confecção, isto é, do contexto histórico em que estava inserido. Para isso, faremos um movimento contrário ao dos escritos que moldam a literatura maquiaveliana à conjuntura vigente, apresentando a hipótese de que *O Príncipe* de Maquiavel pode ser interpretado como uma espécie de *technè* no sentido dos antigos gregos a partir das obras: *O Trabalho e os dias* de Hesíodo e *Político* de Platão.

Palavras-chave

Maquiavel; *O Príncipe*; *Technè*; Manual; Tratado.

¹ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2015), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (2017), doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2024) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa CAPES. Realizou o estágio de pós-doutorado em Filosofia na Universidade Federal de Sergipe.

Abstract

As we delve into the anachronisms present in various contemporary best-sellers, we can understand how the content of Machiavelli's *The Prince* takes on the contours of precepts for obtaining power, commercial success, among other objectives, thus reflecting on the possibility of this work being a political treatise or manual. Initially, the Florentine author himself indicates in the *Discorsi*, without extensive development, *The Prince* is a treatise. However, in this article, we outline, in an essay-like manner, some considerations on how Machiavelli's "little pamphlet" could be configured as a model manual, responsible for providing a theoretical framework that would extend beyond its own creation, that is, the historical context in which it was inserted. Machiavellian approach to the current situation, presenting the hypothesis that Machiavelli's *The Prince* can be interpreted as a kind of *technè* in the sense of the ancient Greeks based on the works: *Work and Days* of Hesiod and *Politician* of Plato.

Keywords

Machiavelli; *The Prince*; *Technè*; Manual; Treated.

Introdução

Em 10 de dezembro de 1513, Nicolau Maquiavel, isolado em uma pequena propriedade de sua família em *Santa Andrea in Percussina*, próximo a *San Casciano*, escreve ao amigo Francesco Vettori, embaixador florentino, uma pequena carta da qual além de trazer relatos do seu novo e bucólico cotidiano, contém a informação de que compôs um “pequeno opúsculo” denominado: *De Principatibus* (*Os Principados*).

Os Principados se transforma em O Príncipe e, assim como a história do próprio Maquiavel, recebe uma gama de considerações. No que tange à obra, a sua definição técnica é composta de variadas reflexões de comentadores (as) de praticamente todos os idiomas. Como vimos no título do presente artigo, desenvolvemos um breve questionamento sobre O Príncipe ser um tratado ou manual. De início, ao mencionar parte do

conteúdo a ser descrito nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*,² Maquiavel reflete que possui um conteúdo similar em outro escrito político, *O Príncipe*, em que denomina, em ao menos quatro oportunidades, como um tratado³ (Maquiavel, *Discorsi* [II, 1] p. 185; [II, 19], p. 255; [III, 19], p. 383; [III, 42], p. 443/444).⁴

Decerto, a referência à *O Príncipe* como tratado finda qualquer possibilidade de seu enquadramento como um diferente modelo de escrito político. Além disso, apesar da “elasticidade” dos termos utilizados pelo autor florentino, compreendemos que o manuseio desses termos pode ser dissonantes em diferentes contextos históricos.

Os escritos de Maquiavel, em especial *O Príncipe*, serviram como uma verdadeira herança para o pensamento político, tendo em autores clássicos como Hobbes, Clausewitz, Max Weber, entre outros, a demonstração de algumas consonâncias teóricas influenciadas pelo autor florentino. Por outro lado, a herança maquiaveliana se transforma em um efetivo objeto de reprodução em moldes quase literais. No caso, encontramos nos séculos XX e XXI uma extensa literatura que almeja traduzir os escritos do florentino para o período vigente, sobretudo alguns *bestsellers* que remontam uma esteira de anacronismos em que a obra de Maquiavel se torna uma fonte de preceitos.

² Destarte, nos referiremos a essa obra apenas como *Discorsi*, seguindo a tradição do comentário da literatura maquiaveliana. Além disso, utilizaremos, entre colchetes, algarismos romanos para evidenciarmos o livro em que a citação se encontra, como também algarismos arábicos para indicarmos o capítulo.

³ Sobre a definição de *O Príncipe* de Maquiavel como tratado, segundo Strauss (2015, p. 75): “Na medida em que *O Príncipe* é um tratado, Maquiavel é um investigador ou um professor; na medida em que é uma obra de ocasião, ele assume o papel de conselheiro, se não de pregador”. Ainda para Strauss (p. 82): “Ele é tanto um tratado quanto um escrito de ocasião, e tem ao mesmo tempo um exterior tradicional e um interior revolucionário”. Por fim, Strauss coloca que (p. 83): “Enquanto tratado, o *Príncipe* comunica uma doutrina geral; enquanto obra de ocasião, ele comunica um conselho particular”. Para Landon (2005, p. 13): “A obra de Maquiavel foi escrita para um público específico e limitado e sua obra se encaixa perfeitamente em um gênero particular de tratado político”.

⁴ Sobre o termo tratado, Maquiavel o menciona em diferentes momentos. Em nossa análise, as referências citadas acima são as mais diretas ao *O Príncipe* nos *Discorsi*. Em toda a sua literatura, Maquiavel utiliza tratado (*trattato*) cerca de cinquenta e sete vezes. Cf. MACHIAVELLI. **Tutte le opere**. Secondo Edizione di Mario Martelli. Milano: Bompiani Il pensiero occidentale, 2018. Isto posto, não pretendemos pormenorizar o sentido de tratado, apenas reforçar a denominação feita por Maquiavel.

Notadamente, compreendemos a atemporalidade da literatura maquiaveliana, mas reforçamos a sua dificuldade de adequação a novos cenários, mesmo quando feita de forma minuciosa. Apesar de não analisarmos uma possível relação entre os escritos de Maquiavel e os livros lançados nas últimas décadas, pretendemos relacionar *O Príncipe* a um período anterior à sua confecção: a Antiguidade Clássica. Para isso, adotamos a hipótese de que *O Príncipe* poderia se caracterizar como uma *technè*.

Para o desenvolvimento da nossa hipótese, utilizaremos na primeira parte da pesquisa, além de *O Trabalho e os dias* de Hesíodo e *Político* de Platão, a obra: *Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga* dos historiadores franceses contemporâneos: Jean-Pierre Vernant e Pierre-Vidal Naquet como um norte teórico, sobretudo para a compreensão dos conceitos de *poíesis* e *technè*. Na segunda parte, relacionaremos o conceito da *technè* com o período do Renascimento para, na terceira e última parte, esboçarmos uma associação entre as supracitadas obras com o nosso principal objeto de pesquisa: *O Príncipe* de Maquiavel, evidenciando a sua possível constituição técnica.

A construção do plano técnico e o plano político na Antiguidade clássica

A *poíesis* (ποίησις) é a capacidade criativa de conceber objetos, produtos, entre outros, que serão direcionados e utilizados em diferentes âmbitos. Nesse curso, a *technè* (τέχνη) é a arte responsável por propiciar uma forma de manejo da matéria encontrada na natureza, sendo uma espécie de extensão desse saber. Assim, enquanto a *poíesis* confecciona, a *technè* atribui um sentido a esse produto. Com efeito, o surgimento do pensamento técnico e o seu desenvolvimento ocorrem a partir das noções de trabalho na Grécia antiga, sendo a formação social das cidades gregas, alicerçada nas divisões do trabalho, a base de toda a *politéia*.

Ao seguirmos a premissa de que a associação do gênero humano se fez necessária pelo fato de que cada um indivíduo possuía naquele período uma habilidade específica, podemos compreender que essas especificidades do trabalho produzem uma contínua relação vinculativa através da complementaridade de funções (Vernant; Naquet, 1989). Portanto, o entendimento prévio sobre a divisão do trabalho na Grécia nos permite uma breve constituição da evolução do pensamento técnico até um estágio mais aprimorado.

O trabalho nesse período era frequentemente versado de acordo com dois prismas: as limitações do pensamento técnico e a sua depreciação. As condições que se encontravam no trabalho eram demasiadamente restritas devido à ausência de destreza do gênero humano em sua capacidade de confeccionar novos preceitos (protocolos) do exercício laborioso, sendo a finalidade dessa prática a de aperfeiçoar a eficiência fabril, ou seja, ir além da extração e transformação da matéria.

O plano político grego é norteado através das relações de classes. Em um primeiro momento, essas divisões de classes são estabelecidas, como vimos, diante das noções de trabalho (escravo, agrícola ou artesanal). Os antigos aristocratas gregos consideravam que o trabalho, de modo geral, deveria ser uma atividade restrita aos estratos sociais mais desprovidos. A aristocracia grega, então, legava a sua própria categoria as atividades tidas como mais elevadas, como a política e a filosofia.

Antes de desenvolvermos a questão do trabalho, devemos compreender quem de fato eram esses trabalhadores e o que os caracterizaria. Para isso, precisamos mencionar dois autores clássicos: Homero e, principalmente, Hesíodo e a sua obra *O trabalho e os dias*. Para Hesíodo: “Trabalho não é vergonha. Vergonha é não trabalhar se trabalhares, logo te inveja o preguiçoso porque enriqueces” (2011, p. 73). Os trabalhadores gregos, então, seguiam a compreensão de Hesíodo sobre o trabalho (Vernant; Naquet, 1989) tendo a concepção de que, dentre as demais atividades laboriosas, o trabalho agrícola refletia o ideal de ser de um homem virtuoso (*areté*). Ainda sobre a função do trabalho, aconselha Hesíodo (2011, p. 49): “Oh, Perses! Guarda isso em teu ânimo: que a Luta que se alegra com o mal não te desvie o ânimo do trabalho”.

Os trabalhadores buscavam no exercício da agricultura, dentre outras atividades, o respeito de uma vida moral e, sob o olhar dos Deuses, viam em seu ofício a oportunidade de contribuírem para a sociedade, quando estes não tinham, em sua essência ou condição social, o direcionamento em ser um guerreiro. Ainda no que concerne à divisão entre as diferentes classes e a sua visão sobre o trabalho, para Hesíodo:

Não há uma só raça de Lutas, mas sobre a terra são duas. A uma quem conhecer louvará, a outra é censurável. Ambas têm ânimo distinto. Uma traz a guerra e a discórdia funesta, cruel. Nenhum mortal a ama, mas forçados pela vontade dos imortais, honram a Luta opressora (Hesíodo, 2011. p. 47).

Isto posto, estes indivíduos, os trabalhadores, não se preocupavam, a princípio, em se especializar na sua forma de trabalho (Vernant; Naquet, 1989), mas em estarem inseridos na sociedade de forma honrada através da autossuficiência (*autárkeia*) que essa atividade proporcionava (Vernant; Naquet, 1989). O trabalho para esse estrato social seria, além de uma contribuição para a ordem cósmica, uma forma de comportamento, um condutor social.

Para esses trabalhadores, o que realmente importava era a crença de que, ao cumprir a sua função, estariam contribuindo diretamente, mesmo que de forma mínima, para todo o andamento do macrocosmo, tendo a concepção de que as suas atividades não seriam de fato uma profissão, mas, sim, uma forma de vida que depende da terra, pois sem a terra, esses trabalhadores não teriam uma vida sem sentido.

A devoção à terra reflete diretamente nas colheitas feitas por esses indivíduos (Vernant; Naquet, 1989). Sobre a atividade laboriosa e a sua necessidade para a manutenção da vida, disserta Hesíodo: “É hora do homem ativo ajeitar sua casa. Que o rigor do inverno não te pegue, de surpresa, em penúria e não cuides de pé inchado com frágil mão” (2011, p. 89). Logo, o bom lavrador deve ter esse reconhecimento e, assim, obter os melhores resultados do seu trabalho.

Outro modelo de trabalhador se encontra representado na figura do artesão. Esse trabalhador, diferentemente do agricultor, vive na sombra, recolhido ao espaço da casa (*oikos*) onde produz toda a sua atividade. Os artesãos, diferente dos lavradores, compreendiam que as suas atividades constituem uma profissão de fato, tendo além de tudo, um valor econômico. Os artesãos exaurem as interferências divinas do seu trabalho, apostando em outros quesitos para melhor conduzir os seus meios de sobrevivência.

O seu esforço é relacionado ao modo de como podem especializar a confecção de sua arte, reunindo assim, técnicas que venham a facilitar o seu ofício. Ao tentarem caminhos mais curtos para o êxito de seu trabalho, começam a recorrer ao uso da instrumentalização. Desse modo, adaptam técnicas para melhor servi-los, tornando-as mais eficazes. É a partir dessa busca pela especialização que nascem as bases do pensamento técnico.

Segundo Vernant e Naquet, no interior dos poemas Homéricos existia a crença de que quando o homem busca conhecer vários ofícios acaba por não praticar nenhum deles corretamente (Vernant; Naquet, 1989), assim, o gênero humano deveria buscar uma especialização restrita, ou seja, ao investir em apenas um ofício, aprimorando gradativamente o seu manejo, podendo, assim, alcançar o cume de sua arte.

Entre o plano político e o plano técnico existem grandes distinções. Os integrantes do plano político por se estarem localizados no ápice da pirâmide social prezavam, em grande quadro, pela manutenção de sua posição; do seu *status quo*. No entanto, os trabalhadores, principalmente os artesãos, buscavam a sua ascensão através do trabalho, colocando no plano técnico todo o seu investimento.

Com isso, as divisões de trabalho, assim como o próprio trabalho, ganharam gradativamente uma nova configuração. O gênero humano, com o auxílio das máquinas, passaram a tentar comandar as forças da natureza, “tornando-se” senhores destas. Estes trabalhadores, mais especializados, almejam, além de sua inserção na sociedade, a elevação de sua condição profissional, entrando enfim na Era das técnicas:

sua *technè* define-se, em seu princípio, por oposição ao acaso, à sorte, *tuchè*, ao dom divino, *theia moira*. O êxito do profissional baseia-se na eficácia de receitas positivas; só deve seu sucesso a esse saber prático adquirido pela aprendizagem e que constitui as regras do ofício para qualquer atividade especializada (Vernant; Naquet, 1989, p. 43).

Nessa nova Era, o gênero humano não seria apenas dependente da sorte e do culto aos Deuses, podendo, assim, criar as suas próprias condições favoráveis. Seus bons resultados viriam das práticas exaustivas, da tentativa gradativa de aprendizado e, portanto, do aumento da possibilidade de ascensão social.

Esse aprendizado adquirido se torna imanente ao gênero humano. A utilização de um instrumento, ou seja, de uma técnica, se tornava indissociável nas relações de trabalho. O ofício, como um modelo de arte, se traduzia em um contínuo exercício de transformação em que: “A ferramenta, movida diretamente pelo homem, aparece ainda como prolongamento de seus órgãos” (Espinass, 1987, p. 45). Com esses procedimentos técnicos de trabalho, o gênero humano se direcionava para uma melhor construção de sua existência.

Segundo Vernant e Naquet: “O trabalho é um fato humano de múltiplas dimensões, cuja análise requer estudos em vários níveis. Há uma história técnica, econômica, social e psicológica do trabalho” (Vernant; Naquet, 1989, p. 34). De acordo com a lenda de Prometeu, o gênero humano seria o único capaz de possuir racionalidade, sendo estes favorecidos graças à inteligência técnica que os permite fabricar roupas, calçados, casas, entre outros objetos (Vernant; Naquet, 1989). Neste contexto, é válido destacar a seguinte passagem de Hesíodo: “Filho de Jápeto, mais que todos, de ardis sabedor, alegra-te por teres roubado fogo e logrado minha mente” 2011, p. 51).

Quando o pensamento técnico é isolado de abstrações religiosas e até mesmo, das abstrações consideradas mágicas e se aprimora no processo, passa a ser considerado uma *technè*. Isto posto, o acúmulo de reflexão associada ao esforço laborioso possibilita uma condição exitosa, sendo a prática repetitiva e racionalizada capaz de constituir uma verdadeira obra de arte.

A construção do plano técnico e o plano político no Renascimento

Para compreendermos as noções de *technè* no Renascimento italiano, adotamos como premissa a constituição do perfil do indivíduo renascentista e, de forma similar aos gregos da Antiguidade Clássica, a sua relação com o trabalho. Os renascentistas, após a Idade Média, retornavam ao antropocentrismo, vivendo, assim, as coisas terrenas e acreditando na existência como plena e presente.⁵ Sua relação com o trabalho não era servil, mas, ainda sim, compreendiam a importância dessa atividade para sua ascensão social.

A conduta dos renascentistas suscitava diferentes questionamentos em relação às noções maniqueístas de bem ou mal, criando possibilidades de uma compreensão sobre a existência menos dependente das divindades. A península itálica, como berço do Renascimento, e carregada de uma efervescência cultural, especialmente Florença (Heller, 1982), se tornava uma região pioneira e influente na Europa, participando da construção de novas interpretações estéticas, filosóficas, políticas, dentre outras.

Com isso, surgem grandes nomes, invenções, teorias e costumes. De Galileu a Da Vinci, de Dante a Maquiavel, dentre outros e, fundamentalmente, outras que a história omitiu. Destarte, duas cidades representam de melhor forma esse período e a consonância entre a Antiguidade Clássica e o Renascimento: Atenas e Florença. Notadamente, essas cidades tiveram o seu auge cultural em épocas distintas, mas, mesmo assim, estabeleceram a sua influência no pensamento moderno ocidental.

No que se refere aos seus cidadãos, atenienses e florentinos, podemos estabelecer diferenças significativas. De início, se faz necessário uma compreensão prévia sobre a definição do que se constitui como

⁵ Para Valverde (1998, p. 38): “Se na Idade Média a técnica foi relegada ao plano inferior das atividades humanas, à aurora da Modernidade a técnica será a quintessência do conhecimento aplicado, uma redução precisa da teoria adequada ao universo pragmático”.

cidadão. Em linhas gerais, para que um indivíduo fosse considerado um cidadão grego, apenas precisava nascer dentro dos limites territoriais dessa região.

Em relação à Florença, existe uma maior dificuldade para essa classificação. Para ser considerado um cidadão florentino, não bastava apenas ter a sua origem na cidade, mas, possuir uma profissão, isto é, possuir uma arte (Heller, 1982). Ainda nesse sentido, o cidadão florentino estaria inserido, além dos preceitos cívicos, na esfera econômica e política. O trabalho nessas sociedades era reconhecido, de forma similar aos gregos, como algo moral, não sendo o trabalho pelo trabalho, mas, sim, um exercício repleto valoroso.

Os florentinos criavam uma herança de suas artes. Os ensinamentos técnicos são passados para as gerações seguintes, pois, segundo Heller, “A grandeza dos pensadores e artistas do século XVI é determinada em grande parte pelo grau em que passaram pela experiência destes momentos críticos ou neles refletiram” (Heller, 1982, p. 30). Ainda sobre o período do Renascimento, segundo Heller:

O Renascimento raciocinava do seguinte modo: o cientista, o filósofo, o descobridor, o artista genial cria algo que nunca antes existiu. Mas transmite os resultados a quem chegou e, mais importante ainda; a técnica de investigação e criação por si adotada. E, depois disso, o acesso ao novo torna-se livre; todos se podem apropriar dele. E se surge um novo gênio, pode desenvolver os resultados anteriores (Heller, 1982, p. 324).

Além disso, o trabalho como ferramenta também funciona, em determinados momentos, da esfera menor para a esfera maior (Heller, 1982). Ou seja: “a consciência do poder criativo e autocriativo do homem foi uma das maiores experiências do mundo renascentista” (Heller, 1982, p. 67). O trabalho, portanto, é um condutor social, propiciando aos renascentistas a possibilidade de evolução, de criação de suas próprias ferramentas, aumentando a sua capacidade técnica. tornando técnicos e ascendendo cada vez mais a sua capacidade cognitiva. Ainda sobre isso, Heller destaca que:

o principal mérito do Renascimento consistiu, portanto – repetindo – na interpretação do trabalho como pertencendo à essência antropológica do homem. A isto devo acrescentar que o reconhecimento do trabalho como uma propriedade essencial da humanidade não estava necessariamente associado à descoberta do trabalho como força motriz no processo de hominização do homem (Heller, 1982, p. 321).

Assim, a *technè* pode ser compreendida como uma forma de evolução técnica do trabalho. A técnica, portanto, viabilizaria ao gênero humano a possibilidade de alcançar os deuses. Desse modo, a *technè* deveria ser mais efetiva do que os elementos sobre os quais ela é aplicada, exercendo, assim, o seu domínio. Sua definição é constituída tanto pela sua capacidade quanto pelos seus limites.

O desenvolvimento do trabalho e das técnicas que envolvem a sua especialização elevam, em nossa análise, essa atividade a um modelo de arte. A *technè* responsável pela ascensão do trabalho também se relaciona a diferentes esferas. Isto posto, após essa breve consideração, pretendemos desenvolver a principal arte para o presente artigo: a política. Assim, segundo Cassirer:

Desde os tempos de Platão, todos os grandes pensadores políticos insistiram na afirmação de que a política não pode considerar-se um mero trabalho de rotina. Devem existir regras definidas para regular as nossas ações políticas; deve existir uma arte (*technè*) política (Cassirer, 1976, p. 171).

A política como uma arte contribuiria efetivamente para a apreciação dos quesitos comuns à cidade, sendo, durante o período descrito acima, um esforço notável feito por indivíduos tidos como notáveis. Ainda no que se refere a Platão e à compreensão da política como um modelo de arte, encontramos na obra *Político* algumas considerações que demonstram a técnica da política.

Apesar da complexidade da obra de Platão, adotamos – e abordaremos apenas – a premissa de que o político pode ser um modelo de artesão que molda as ações do gênero humano. Antes de a política ser uma forma de arte, também pode ser considerada uma atividade laboriosa. Como condutor de diferentes indivíduos, o político direciona o seu público, assim como diferentes profissões. No que se refere à condução de diferentes atividades para Platão: “Nenhum arquiteto trabalha como operário, mas apenas dirige os operários” (Platão, 1972, p. 210).

Ao dirigir os operários, o arquiteto promove um sentido prolongado da função desses trabalhadores, mesmo que seja uma função auxiliar. A categoria de político corresponde, na filosofia de Platão, a um ator político que se encontra no cume dos condutores, isto é, das diferentes profissões (Platão, 1972). Ainda sobre a condução dos diferentes cidadãos, coloca Platão:

Nessa classificação, espontaneamente se revelaria a arte de pastorear homens, e assim poderíamos descobrir o homem político e real, colocando-o como condutor e entregando-lhe, como um direito, as rédeas do Estado por serem homens que possuem a ciência que lhes é necessária (Platão, 1972, p. 218).

A condução dos indivíduos se assemelha a uma forma de pastorear, em que, para Platão: “Entre as muitas formas da arte de pastorear encontra-se uma: a política, e vemos qual é o seu rebanho” (Platão, 1972, p. 220). Neste sentido, prossegue Platão: “a estes pastores de homens a quem chamamos políticos afirmando que eles é quem cuidam da criação dos homens, não apenas dos membros do rebanho, mas também dos governantes?” (Platão, 1972, p. 221).

O político, então, pastoreia as diferentes camadas sociais. Sua arte, na obra de Platão, se traduz, a princípio, como uma atividade superior. No decorrer da obra, Platão determina que: “era o próprio Deus que pastoreava os homens e os dirigia tal como hoje, os homens (a raça mais divina) pastoreiam as outras raças animais que lhes são inferiores” (Platão, 1972, p. 226).

A habilidade de governar o gênero humano se assemelharia a uma prática divina. A política se torna uma espécie de dádiva, tal qual o fogo roubado por Prometeu para entregar a humanidade.⁶ Além do fogo, o conhecimento dos deuses seria conferido como uma técnica de transformação, de sobrevivência (Platão, 1972). Assim: “Nenhuma arte pretenderia, com maior pressa e maior razão do que a arte real, ter a si os cuidados para com a comunidade humana, em seu todo, e constituir-se numa arte de governo dos homens, em geral” (Platão, 1972, p. 230).

A arte política é uma arte que envolve diferentes camadas sociais, mas, tornando evidente, nesse contexto, a elevação de algumas categorias sobre outras. Isto posto, a *technè* grega possui, em nossa análise, determinada consonância com a literatura maquiaveliana no que se refere à atuação sobre a matéria. De forma ensaística, a técnica, além de promover o domínio e a transformação da natureza, também pode agir sobre a natureza humana. Para esse propósito, de exercer o domínio sobre os indivíduos, estruturas de domínios como o *stato*⁷ produzem essa possibilidade. No que concerne à relação entre *technè* e a obra de Maquiavel, segundo Cassirer:

O caráter essencial de uma arte – o caráter de universalidade. A diferença essência e irreduzível entre a *technè* e a *arte dello Stato* de Maquiavel. A *technè* de Platão não é uma “arte” no sentido que lhe dá Maquiavel; é conhecimento (*episteme*) baseado nos princípios universais (Cassirer, 1976, p. 172).

⁶ Ainda sobre a figura de Prometeu, destaca Heller (1982, p. 318): “as criações do homem político e do homem técnico foram muitas vezes expressas numa conjunção não diferenciada também no pensamento antigo. Basta-nos recordar a lenda de Prometeu, ou o coro de Antígona”. Ainda sobre Prometeu, prossegue Heller (*idem*): “Com efeito, durante a Antiguidade esta concomitância fora casual e transitória. No próprio mito prometeico, os homens adquirem o uso do fogo (as artes mecânicas) separadamente, e só mais tarde (e ainda separadamente) a capacidade para a construção do estado, para a vida social. Para os pensadores do Renascimento, no entanto, uma não era imaginável sem a outra”.

⁷ O termo Estado, como conhecido hodiernamente, não possui consonância com o contexto histórico em que Maquiavel confeccionou as suas obras. Adotamos, portanto, o termo *stato* – no original, italiano, e no diminutivo – para nos referirmos a essa estrutura de domínio.

A obra *O Príncipe* poderia ser considerada uma *technè*, isto é um modelo de manual, quando o seu conteúdo fosse moldado para diferentes contextos e usos. Todavia, essa consideração segue em uma esteira anacrônica em que compreendemos como a relação entre a literatura maquiaveliana e os diferentes contextos não é manuseável, ao menos de forma integral. Com efeito, o *corpus* da obra de Maquiavel se limita ao seu próprio período de confecção, bem como ao período em que o autor florentino viveu.

Portanto, a denominação de *O Príncipe* como um manual se refere, restritamente, à atemporalidade da obra. A contextualização das “lições” desse “pequeno opúsculo” para outros cenários deve vir acompanhada de justificativas precisas que ambientem o seu conteúdo. A sobrevivência de questões como se é preferível ser “amado ou ser temido” (Maquiavel, 2004), entre outras, reforçam a singularidade de um dos mais famosos livros da literatura ocidental.

Como manual, *O Príncipe* seria o trabalho de um artesão, Maquiavel, que fabrica um “objeto”, mas que o seu significado poderia ser construído pelos (as) seus receptores (as). Para Terentianus Maurus: “A sorte de um livro depende da capacidade dos seus leitores”.⁸ Portanto, mesmo *O Príncipe* sendo uma espécie de obra emergencial destinada aos contemporâneos de Maquiavel (Cassirer, 1976), podemos esboçar um entendimento sobre a extensão do uso em – longínquos – períodos e cenários. No próximo e último tópico da pesquisa, analisaremos os usos de *O Príncipe*, tendo no horizonte as variadas interpretações da literatura secundária sobre tão labiríntico escrito.

A *technè* de *O Príncipe* de Maquiavel

Ao confeccionar um “pequeno opúsculo” denominado: *De Principatibus*, que segundo o próprio autor - como coloca em sua epístola dedicatória a Lorenzo de’ Medici - foi por meio de “Tantos anos e tantos desconfortos e perigos para conhecer e compreender” (Maquiavel, 2004

⁸ “pro captu lectoris habent sua fata libelli” (Terentianus Maurus, *De litteris, syllabis et metris*, v. 1286. *Apud* Cassirer, 1976, p. 134)

[Ao Magnífico Lorenzo de' Medici], p. 129) Maquiavel demarca a história do pensamento político ocidental. Ainda no que concerne a dedicatória a Lorenzo de' Medici, segundo Larivaille (1988, p. 42), Maquiavel:

Consciente da importante parte de responsabilidade imputável ao desinteresse criminoso dos príncipes italianos do século XV pelos problemas militares, ele propôs em seu tratado dedicado ao jovem Lourenço de Medici um modelo de príncipe *condottiere* 'que não deve jamais cessar de pensar no exercício da guerra e, em tempo de paz, deve praticar mais do que em tempo de guerra' Um príncipe capaz de reerguer a Itália humilhada e de libertá-la dos bárbaros (Larivaille, 1988, p. 42).

Ainda nesse sentido, para Gatti:

Se considerarmos o *De Principatibus* apenas como um texto "ocasional" ligado à mudança repentina da situação política em Florença na época e à tentativa, por parte do antigo Secretário Florentino, de reentrar no jogo político (Gatti, 2013, p. 310/311).

Não podemos definir, de fato, quais eram os anseios de Maquiavel ao dedicar sua obra a Lorenzo de' Médici. No entanto, o histórico de Maquiavel, no período em que compôs *O Príncipe*, com a família não era o mais favorável. Esse presente, então, poderia indicar uma tentativa de aproximação e, possivelmente, retorno ao círculo público e político de Florença (como coloca Gatti) ou, ao menos, diminuir o desprezo da mais poderosa família florentina.

Isto posto, a influência e dimensão dessa obra é evidente. Parte da relevância do escrito mais conhecido de Maquiavel se deve às diferentes compreensões sobre qual seria o propósito do autor florentino ao escrever as suas linhas argumentativas. Para autores como Burckhardt, Maquiavel tenta direcionar o seu leitor, o novo príncipe, a uma nova concepção de Estado, agindo como um preceptor de uma necessária e imprescindível ação política que seria a condução da unificação da península itálica, ou seja, a formação de um Estado como obra de arte. Assim, segundo Burckhardt:

A forma como Maquiavel compõe a sua mais famosa obra indica que o autor acreditava que um homem dotado de habilidades pessoais e cercado de condições favoráveis poderia enfim arquitetar um Estado de forma inteiramente racional. Por isso, “*O príncipe*, de Maquiavel, representa a objetividade renascentista e a ideia do Estado como obra de arte, ao passo que as autobiografias, tais como as de Pio II e Benvenuto Cellini, e os poemas de Petrarca, com sua ‘profusão de magníficos retratos da alma humana’, ilustram o ‘lado subjetivo do período’” (Burckhardt, 2009, p. 25).

Em nossa análise, como visto anteriormente, o termo Estado não se emprega para a definição de uma estrutura de domínio na obra de Maquiavel. Além disso, a compreensão, bem como a possível causa para Maquiavel confeccionar *O Príncipe*, destoam da interpretação acima do famoso historiador suíço. Na realidade, não podemos determinar qual seria a finalidade de Maquiavel, mas apenas esboçar, com base em seus escritos e conhecimento prévio que o autor florentino contexto estava inserido, uma diferente chave de leitura.

De início, se faz necessário compreender como as variadas interpretações de *O príncipe* durante os últimos cinco séculos têm relação com a ausência de conhecimento histórico e político das condições nas quais, Maquiavel se encontrava no momento da composição da obra. Essa ausência de conhecimento prévio pode principiar uma sequência de interpretações errôneas sobre as linhas argumentativas do autor florentino.

Neste sentido, apesar do crescente reconhecimento sobre o republicanismo de Maquiavel, ainda há, para os leitores mais céleres do florentino, querelas sobre a sua possível conduta. Tido nos primeiros séculos de recepção de sua obra como um pensador maldito, Maquiavel foi comparado até mesmo ao próprio diabo, ou “*Old Nick*” para os ingleses (Cassirer, 1976), recebendo, assim, os mais diversos epítetos: ora o professor de tiranos, ora um modelo de herói republicano (Cassirer, 1976).

Há uma série de condições que se alinharam à criação da obra. Como questões sóciopolíticas que envolviam o autor, Maquiavel, assim como também a quem se destinou o livro, Lorenzo de' Medici. Dessa forma, é importante compreender a organização política das cidades italianas no momento do Renascimento, em especial Florença, para traçarmos, brevemente, o perfil do cidadão renascentista que, notadamente, possui semelhanças com os agentes políticos contemporâneos de Maquiavel descritos em *O Príncipe*. Sobre a associação entre o contexto histórico e a obra, coloca Escorel:

não se pode, sob risco de grave deformação, dissociar as ideias de Maquiavel das condições em que se achavam, no século XVI, os Estados italianos, e dos costumes políticos que neles prevaleciam, pois foi em função de umas e de outros que o autor d '*O príncipe*, buscando inspiração na Roma antiga, é verdade, mas apoiado sempre na observação pessoal dos fatos políticos e sociais de seu tempo, meditou sobre as leis próprias da política, legando à cultura ocidental uma obra que, por ter rompido decisivamente com o medievalismo, com os conceitos básicos do feudalismo e da escolástica, é justamente considerada a pedra fundamental da ciência política moderna (Escorel, 1979, p. 11).

Neste sentido, Skinner coloca que: “estudar o contexto de qualquer grande obra de filosofia política implica dotar-nos com um meio de alcançar maior visão interna do que seu autor queria dizer” (Skinner, 1996, p. 13). Para Bignotto, quando estudamos a obra de Maquiavel, devemos:

Em primeiro lugar, percorrer a obra em todos os sentidos, relê-la com a esperança de surpreender o sentido de suas veredas, não se contentar com as definições fáceis que o autor por vezes parece nos legar. Em segundo lugar, é preciso associar esse movimento ao conhecimento da época e do público ao qual a obra se destina (Bignotto, 1991, p. 76/77).

Com efeito, mesmo sendo necessário o entendimento basilar do contexto histórico em que Maquiavel estava inserido, podemos adotar outras metodologias, textualista (interna) e etimológica, para promover a análise da obra do florentino. Essas duas abordagens ainda mantêm, de

certo modo, consonância com a leitura histórica da literatura maquiaveliana, mas a investigação textualista, exegética, dispõe de uma maior independência do contexto.

Destarte, com base na leitura dos (as) comentadores (as) de *O Príncipe*, pretendemos apresentar algumas interpretações da obra e analisar os elementos que poderiam suscitar a interpretação desse “opúsculo” como um manual para, por fim, desenvolvermos com mais ênfase a hipótese de que a associação mais efetiva desse tratado político se refere ao seu elo com o passado a partir de sua denominação como uma *technè*.

Principiamos a nossa argumentação pelo filósofo alemão Ernst Cassirer com base em sua obra *O Mito do Estado*. Sobre *O Príncipe*, disserta Cassirer: “O livro não é uma obra satírica nem um compêndio moral. É uma obra-prima política escrita para os contemporâneos de Maquiavel” (Cassirer, 1976, p. 139). Concordamos no que se refere a ser uma obra escrita para os contemporâneos de Maquiavel, reforçando o seu teor emergencial.

Todavia, pelo mesmo contexto histórico e em comparativo com outras obras como *A Mandragora*, possibilita-se que *O Príncipe* possua, ao menos em alguns episódios, uma abordagem satírica, pois, apesar de ser uma leitura aparentemente direta, esse escrito político poderia apresentar uma determinada ambiguidade por ser um período que qualquer querela poderia ser decidida a partir das armas e, assim, algumas interpretações poderiam ter vitimado um já exilado e anteriormente torturado Maquiavel.

Ainda de acordo com Cassirer (1976, p. 154): “seria incorreto afirmar que o único objetivo de Maquiavel era descrever certos fatos políticos tão clara e exatamente quanto possível. Nesse caso, ele teria atuado como historiador, e não como um teórico de política”. Concordamos com Cassirer. A descrição dos fatos políticos seriam um princípio “instrutivo” para a sua interpretação política, mesmo sendo notória o apreço – e uso – de Maquiavel pela história. Prosseguindo em outras possibilidades sobre uso de *O Príncipe*, segundo Strauss:

O tema central do *Príncipe* é o novo príncipe. Mas a espécie mais importante de novos príncipes consiste nos fundadores de sociedades. Ao discutir o novo príncipe, Maquiavel discute a fundação de todas as cidades independentemente de elas serem meramente políticas ou político-religiosas. (Strauss, 2015, p. 32).

Em uma esteira similar, para De Grazia:

O que Niccolò oferece ao governante é antes uma diretriz geral do que uma lista de leituras. Também pode classificar as figuras a serem imitadas, no todo ou em parte, segundo a situação ou as circunstâncias em que se encontra o príncipe leitor, conforme seja príncipe novo ou hereditário, fundador ou preservador da pátria (De Grazia, 1993, p. 297).

A noção de “novo príncipe” reforça a possibilidade de um agente até então desconhecido, de certo modo, quase que uma espécie de profecia. Em nossa análise, o “novo príncipe” também poderia ser uma metáfora para um ator político que, com o conhecimento dos exemplos antigos e contemporâneos (a partir de Maquiavel), promovesse novas práticas. No entanto, não podemos defender com precisão essa perspectiva.

Quando retornamos à epístola dedicatória de *O Príncipe* para Lorenzo de' Medici, podemos traçar outra reflexão sobre o “novo”. No caso, Lorenzo teria a oportunidade de fazer uso de elementos políticos, mediante a força de sua família, e religiosos, pelo seu parentesco com Giovanni de' Medici, o papa Leão X. Essa hipótese se deve ao uso constante de Maquiavel da figura de César Borgia que, além de sua reconhecida habilidade política, detinha a influência temporal do seu pai, o papa Alexandre VI. A “novidade” se refere, então, à viabilidade de manusear, concomitantemente, poderosos elementos políticos e religiosos.

Algumas compreensões parecem estender, livremente, o sentido de *O Príncipe*. Assim, segundo Gramsci (1989, p. 3): “O caráter fundamental do *Príncipe* consiste em que ele não é um trabalho sistemático, mas um livro ‘vivo’ em que a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do ‘mito’”. Apesar de reconhecermos a atemporalidade de *O*

Príncipe, reforçamos a sua manutenção em sua própria época. Segue, portanto, o discernimento de que o que pode ser adequado dessa obra em outro período deve ser efetivamente fundamentado.

Dentre os possíveis manuseios de *O Príncipe* em seu período de confecção, em especial por um agente político dominante, isto é, no que se refere estritamente aos principados, esboçamos a condição de manter o *stato*, assim como o seu *status quo*.⁹ Além disso, uma das principais temáticas presentes na literatura maquiaveliana é dos conflitos civis. Em relação aos conflitos e *O Príncipe*, para Valverde (1988, p. 41): “As discórdias civis seriam como que a perspectiva basilar da sua técnica política”. Ainda segundo Valverde:

Em grande parte, a técnica política maquiaveliana consiste em considerar as discórdias civis, os tumultos, os levantes inesperados, como peças essenciais para a manutenção da liberdade política, contrariando assim todos os autores medievais, até mesmo o contemporâneo Savonarola e o “discípulo” Francesco Guicciardini (VALVERDE, 1998, p. 41/42).

As discórdias civis se localizam como uma temática propícia para o desenvolvimento da política como técnica em *O Príncipe*. Ainda para Valverde: “A política não é só técnica da articulação ideológica e do controle das forças em movimento, é também técnica teatral. Uma técnica lúdica de forçar a imaginação nas possibilidades de bem representar, como no teatro” (Valverde, 1998, p. 45). A extensão da política como técnica na filosofia de Maquiavel reflete as diferentes valências dessa disciplina. Dentre essas disciplinas, a retórica atinge uma função elevada. Quando Maquiavel disserta que:

Todos veem aquilo que pareces, mas poucos sentem o que és, e estes poucos não ousam opor-se à opinião da maioria que tem, para defendê-la, a majestade do estado. Como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens, e principalmente

⁹ É válido destacar, novamente, que seguimos a corrente de Maquiavel como republicano. Neste sentido, analisamos, como indica toda a pesquisa, as diferentes interpretações sobre *O Príncipe*, bem como as suas possíveis associações e chaves de leitura.

dos príncipes, o que conta por fim são os resultados. Cuide, pois o príncipe de vencer e manter o poder: os meios empregados serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no mundo senão o vulgo; a minoria não tem vez quando a maioria tem onde se apoiar (Maquiavel, 2004, p. 85/86).

A sentença acima é a mais significativa no que se refere à retórica na obra política de Maquiavel. No momento em que príncipe dotado de *virtù* faz uso da retórica, amplia, imediatamente, a capacidade efetiva do seu agir político. A retórica maquiaveliana, diferente da retórica do período humanista, está diretamente relacionada à arte da persuasão, tendo um sentido político (Cox, 2010). Com efeito, mais do que um efeito “pedagógico”, estilístico, a retórica serve, de forma restrita, para fins políticos (Maquiavel, 2004).

A seguir, prosseguiremos analisando, brevemente, algumas das principais contribuições de Maquiavel em *O Príncipe*, ao menos, as citações que, em nossa análise, podem ter o seu sentido estendido para um diferente período. No caso, as citações em que o seu conteúdo não se restringe demasiadamente ao Renascimento. Por fim, para concluirmos a nossa pesquisa, examinaremos mais duas citações presentes em *O Príncipe* que seguem, de certo modo, a esteira do ser “temido”, evidenciando um dos usos mais recorrentes do “pequeno opúsculo” na contemporaneidade: a promoção de um determinado domínio.

É corrente que um dos usos da obra de Maquiavel para justificar as mais distintas ações, em especial por parte de diferentes governos, reside em interpretações que remetem a um dos mais famosos adjetivos: maquiavélico. Quando Maquiavel coloca que:

São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e que depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem (Maquiavel, 2004, p. 41).

Podemos compreender que a primeira impressão, ao menos dos mais céleres leitores do livro, é a de que se faz necessário o uso da crueldade para impor domínio. Exemplos recentes de uma interminável crueldade na geografia política mundial demonstram como essa forma de agir poderia ser justificada. No entanto, a própria citação carrega o propósito desse uso, ainda mais quando associada ao contexto histórico. A crueldade tem um fim e um propósito direto que seria o de evitar a sua extensão, pois, “*As injúrias devem ser feitas conjuntamente a fim de que, sendo menos saboreadas, ofendam menos, enquanto os benefícios devem ser feitos pouco a pouco, para serem bem apreciados*” (Maquiavel, 2004, p. 41).

O que depõe demasiadamente contra qualquer indevida realocação da filosofia maquiaveliana em outro período é o que o artigo pretendeu determinar: a teoria de Maquiavel é, em grande quadro, intrínseca ao seu próprio período. Além disso, o retorno a determinadas práticas demonstra uma forma de retrocesso do gênero humano. Se *O Príncipe* pode ser utilizado para promover preceitos relacionados à conjuntura política e, até mesmo, preceitos comerciais, como acontece com alguns *bestsellers*, suscita a possibilidade de o seu sentido ser definido, regularmente de forma errônea, pelos seus leitores, logo, essa extensão da obra permite a sua constituição como *technè*.

Considerações finais

A obra de Maquiavel propicia um conteúdo singular para a história das ideias políticas ocidentais. Seus escritos, sobretudo políticos, podem oferecer fundamentos para o entendimento de diferentes ações políticas de seu tempo, bem como servir de instrumento, quando bem adequados e contextualizados, para alicerçar teorias que se encontrem em um longínquo horizonte, caracterizando, assim, um modelo de *technè*. Com efeito, algumas considerações encontradas em *O Príncipe* podem manter o seu sentido, ao menos a sua quintessência, em uma diferente época.

O realismo político do autor florentino contribui para essa compreensão, pois, ao interpretar os signos de sua época e compará-los a episódios históricos, Maquiavel demonstra uma determinada consonância

no agir político do gênero humano. São essas ações que servem de modelo para possíveis constatações de sua obra como manual, mesmo sendo, como vimos em diferentes momentos da pesquisa, um tratado. Notadamente, as diversas práticas cometidas por indivíduos como César Borgia e seu pai, o papa Alexandre VI, dentre outros exemplos, não são passíveis de reprodução. Todavia, a interpretação sobre os êxitos ou equívocos desses atores políticos poderia diminuir a quantidade de imprecisões de todos (as) que se "inspirassem" nessas formas de ação.

A teoria maquiaveliana permanece significativa em diferentes esferas: filosófica, política, histórica, religiosa, literária e, até mesmo, teatral. Do mesmo modo, se torna evidente como a herança da Antiguidade clássica, dos gregos, permanece no período do Renascimento e Maquiavel, como um leitor assíduo das obras desse período, recebe essa influência. Isto posto, mesmo o autor florentino não mencionando, ao menos diretamente, o conceito de *technè*, compreendemos, no presente ensaio, a possibilidade dessa associação ser mais uma chave de leitura para a interpretação de tão labiríntica obra como *O Príncipe*. Por fim, a pedra angular para compreendermos a teoria maquiaveliana é o constante retorno ao seu pensamento, em que nós, os seus leitores – iniciantes ou especialistas –, confeccionaremos e revisaremos, constantemente, os alicerces para o entendimento de sua filosofia.

Referências

BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel Republicano**. São Paulo: Editora Loyola, 1991.

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália: um ensaio**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores. 1976.

COX, Virginia. Rhetoric and ethics in Machiavelli In. NAJEMY, John M. **The Cambridge Companion to Machiavelli**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

DE GRAZIA, Sebastian. **Maquiavel no inferno**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ESCOREL, L. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: Editora da UnB, 1979.

ESPINAS, A. **Les origines de La technologie**. Paris: Alcan, 1987.

GATTI, Roberto. Natura umana e artificio político da Machiavelli a noi. In. **Dal principe all'archeologo Gli strumenti del potere. a cura di Marzia Caciolini. Lo Sguardo – rivista di filosofia**, N. 13, 2013 (III) - Gli strumenti del potere.. n. 13, pp. 303-317, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7a Edição. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

HELLER, Agnes. **O Homem do Renascimento**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

HESÍODO. **Os Trabalhos e os Dias**. Tradução, estudo e notas Luiz Otávio Figueiredo Mantovaneli. São Paulo: Editora Odysseus. 2011.

LANDON, William J. **Politics, Patriotism and Language: Niccolò Machiavelli's "Secular Patria" and the Creation of an Italian National Identity**. New York: Peter Lang Publishing, 2005.

LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.

MACHIAVELLI. Discorsi. In. MACHIAVELLI, Niccolò. **Tutte le opere**. Secondo Edizione di Mario Martelli. Milano: Bompiani Il pensiero occidentale, 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Glossário e revisão técnica Patrícia Fontoura Aranovich. Tradução MF; edição de texto Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLATÃO. **Político**. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

STRAUSS, Leo. **Reflexões Sobre Maquiavel**. Trad. Élcio Verçosa. São Paulo: Ed. É Realizações, 2015.

VALVERDE, A. J. R. Maquiavel: a política como técnica. **Hypnos** (PUCSP), São Paulo, v. 4, p. 37-46, 1998.

VERNANT, Jean-Pierre. NAQUET, Pierre-Vidal. **Trabalho e Escravidão na Grécia Antiga**. Campinas: Papirus, 1989.